



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
– modalidade à distância**

Carla Ione Quatrin

**ANALISAR A GESTÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE
IDOSOS EM SANTA MARIA/RS**

Santa Maria

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
(Modalidade à Distância)

Carla Ione Quatrin

**ANALISAR A GESTÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE
IDOSOS EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal-modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Andrea Poleto Oltramari

**Santa Maria
2015**

Carla Ione Quatrin

**ANALISAR A GESTÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE
IDOSOS EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof.

*Dedico este trabalho a Instituição que
aceitou o desenvolvimento do mesmo
nesse espaço.*

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por me conceder concluir mais esta etapa da minha vida, pois, faz parte de mais um objetivo traçado e almejado, do qual dependem tantos outros.

Além do esforço próprio para ter vencido mais este desafio, quero manifestar os meus agradecimentos àquelas pessoas que “sempre foram” especiais e àquelas que “se tornaram” especiais, ao longo desta caminhada.

Agradeço aos meus pais, por todo incentivo e compreensão por eu estar ausente em momentos importantes de suas vidas.

À amiga Thamara, sempre disposta a me auxiliar, motivar a seguir em frente com o trabalho e dividir comigo momentos de fragilidade, sempre com palavras amigas e entusiasmo, à ela meu profundo agradecimento.

Ao meu namorado Valquir, por compreender minha ausência e sempre me apoiar, incentivar com seu carinho e atenção.

Aos professores e tutores enfim toda equipe da Escola de Administração que se dedicaram para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esse trabalho fosse concretizado, MUITO OBRIGADA!

“O conhecimento torna a alma jovem e diminui a amargura da velhice. Colhe, pois, a sabedoria. Armazena suavidade para o amanhã”.

Leonardo da Vinci

RESUMO

A institucionalização vem se tornando uma das formas encontradas pelas famílias e pelo poder público para evitar o abandono de idosos em setores públicos como hospitais. Porém é necessário saber de que forma os recursos destinados a estas instituições são obtidos, visto que, políticas públicas para os idosos existem e inclusive, exigem o repasse de verbas públicas para a manutenção da saúde e cuidados dos idosos. Este estudo teve como objetivo analisar a gestão dos recursos de uma instituição de caráter social que mantém idosos institucionalizados na cidade Santa Maria/ RS. Para isso, buscou-se verificar quais são as políticas de gestão dos recursos da ILPI; descrever como ocorre a gestão dos recursos da ILPI, problematizar a destinação de recursos financeiros para garantir os direitos básicos para a população idosa em Santa Maria/RS. Percebeu-se ao longo do estudo realizado na Instituição a angustia de angariar recursos e manter a mesma e assim, garantir um atendimento digno e de qualidade as idosas abrigadas nesse espaço. No entanto, fica a certeza de que precisa-se muito avançar para aplicar as políticas públicas de maneira mais eficiente nos serviços que prestam atendimento a esse segmento da população. Falta ainda nos estruturarmos melhor a fim de atender essa demanda populacional em elevado crescimento.

Palavras-chave: Envelhecimento, políticas públicas, gestão de recursos, institucionalização

Lista de Siglas

COMID – Conselho Municipal do idoso

FMAS- Fundo municipal de Assistência Social

FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social

FUMID – Fundo Municipal do Idoso

ILP- Instituições de Longa permanência

ILPI- Instituição de Longa Permanência para Idosos

ILPIs- Instituição de Longa Permanência para Idosos

IRPFJ - Imposto de Renda pessoa física e Pessoa Jurídica

LOAS – Lei orgânica da Assistência Social

NFG- Nota Fiscal Gaúcha

PNI - Política Nacional do Idoso

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO.....	13
2.1 O processo de envelhecer e problemáticas relacionadas.....	13
2.1.2 Instituições de Longa Permanência para Idosos.....	16
2.1.3 Políticas Públicas Destinadas aos Idosos.....	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3.1 Métodos escolhido e justificativa.....	21
3.2 Instituições objeto de pesquisa.....	21
3.3 Coletas de dados e sujeitos da pesquisa	22
3.4 Análises dos dados.....	23
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	24
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
6.REFERÊNCIAS.....	36
7. ANEXO A – Roteiro.....	39
8. ANEXO B – Roteiro.....	41
9. ANEXO C – Solicitação para realização de Pesquisa.....	43

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o repasse dos recursos que são destinados a uma instituição de idosos no município de Santa Maria /RS, denominada Instituição de Longa Permanência (ILP), bem como debater as políticas públicas na área do idoso. Considerando que esse segmento populacional está crescendo, em decorrência do aumento da expectativa de vida¹, há, conseqüentemente, uma elevação do número de pessoas que dependem de zelo e atenção.

Para tanto, tais serviços são prestados por parte dos familiares e/ou, na falta destes, o Estado assume esse cuidado, ou até mesmo a responsabilidade. Porém, os serviços ofertados por vezes não são suficientes principalmente para parcela da população considerada de baixa renda. Nesse cenário, as ILPs apresentam-se como uma das alternativas de acolhimento desses indivíduos que em diversas situações, não contam com apoio financeiro ou familiar para viverem com dignidade seu envelhecimento.

Na cidade de Santa Maria existem somente três locais que ofertam serviços para o cuidado de idosos em situação de risco e vulnerabilidade social. Esses locais são destinados a atender pessoas idosas consideradas de baixa renda. Os outros locais são clínicas particulares, inacessíveis, na maioria das vezes para pessoas de baixa renda, pois as famílias não dispõem de recursos para encaminhar seus familiares devido à restrição financeira.

No entanto, como “a principal fonte de receita das ILPI² é o valor recebido dos internos” (IPARDES, 2008, p.4), quando não se pode contar com estes valores agrava-se a gestão de recursos dessas instituições. Observou-se em uma pesquisa realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, em 2008, que “muitas vezes o despreparo profissional dos responsáveis técnicos das ILPI pode restringir o acesso a recursos e benefícios previstos na legislação” (idem). Segundo consta no Relatório Executivo do estudo, “durante as visitas, os pesquisadores registraram algumas impressões de precariedade nos registros

¹ Que passou de 71 anos em 2002 para 74,9 anos em 2013, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Instituições de Longa Permanência para Idosos.

contábeis, além de algumas irregularidades de âmbito funcional” (idem).

Tal situação não difere muito da encontrada no município de Santa Maria, onde se identifica a existência de problemas sociais sobre destinação de recursos a ILPIs de caráter social. Essas instituições dependem de recursos repassados pelos órgãos públicos, bem como de projetos sociais e demais parcerias firmadas entre sociedade e colaboradores desses locais. Ainda, algumas instituições trabalham com a destinação do imposto de renda devido, onde a organização elabora um projeto para a captação desse recurso que, ao ser arrecadado, vai para o fundo municipal do Idoso. Após, esse valor é destinado às ILPIs de caráter social habilitadas a receber recursos financeiros desta natureza e aplica-los em prol dos idosos institucionalizados, a fim de garantir melhorias em qualidade de vida e bem estar.

Sabendo que “o envelhecimento da população brasileira é um dos grandes desafios a serem enfrentados, pois, se estima que, no ano de 2025, o Brasil tenha 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos (aproximadamente 15% da população) e será o sexto país em número de idosos” (AREOSA; AREOSA, 2008, p. 139), preocupar-se com gestão de recursos torna-se relevante. Considerando o crescimento considerável dessa parcela da população nos últimos anos, têm-se como consequência disso o aumento das necessidades de serviços ofertados, tanto no âmbito público quanto no privado. Nesse contexto, é necessário que se construam políticas públicas, com vistas a garantir os direitos dos idosos em relação às suas necessidades, viabilizando a sua proteção e reduzindo as desigualdades sociais.

As políticas públicas surgem como alternativas para assegurar determinado direito às pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Percebe-se, nessa problemática, que o idoso institucionalizado nas ILPIs acaba sendo privado de seus projetos pessoais e profissionais, por encontra-se afastado da família, da casa, dos amigos e das relações nas quais sua história de vida foi construída. Normalmente tal exclusão é decorrente de doenças crônicas não transmissíveis, que são também os principais motivos de sua entrada em uma ILPI, especialmente as de caráter assistencial, usadas preferencialmente por pessoas de baixa renda.

Portanto, entende-se a necessidade de debater essa questão, devido ser um problema social que afeta diretamente, primeiramente, a família, posteriormente o

Estado e por fim a vida em sociedade. Isso é em particular problemático quando se tratam de pessoas que não tem condições de manter esse idoso em casa e cuidá-lo. Seja pela falta de recursos financeiros, ou pela falta de políticas públicas que permitam mais eficiência para esse segmento da população. Nesse aspecto, ao falar desse segmento, consideram-se as principais políticas públicas como a lei orgânica da Assistência Social lei n 8.742/1993, bem como as principais legislações que garantem os direitos da pessoa idosa como a Política Nacional do Idoso (PNI) Lei Nº 8.842, 04/01/1994 e o Estatuto do Idoso Lei Nº 0.741/2003.

Diante desse contexto, surge a necessidade de novas propostas para as políticas públicas e o aumento de instituições com característica de longa permanência como referência ao atendimento às pessoas idosas. Considera-se a partir da realidade constatada ser de extrema importância questionar a origem e/ou captação dos recursos financeiros considerando que a instituição é sem fins lucrativos.

Diante dessa problemática, estruturou-se a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre a gestão de recursos de uma ILP de caráter social que mantém idosos institucionalizados?

Para responder a questão problema, construiu-se como objetivo geral o que segue: **analisar a gestão dos recursos de uma instituição de caráter social que mantém idosos institucionalizados na cidade Santa Maria/ RS.** De forma a atingir esse objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) verificar quais são as políticas de gestão dos recursos da ILPI; b) descrever como ocorre a gestão dos recursos da ILPI; c) Problematizar a destinação de recursos financeiros para garantir os direitos básicos para a população idosa em Santa Maria/RS; d) sugerir formas de distribuição de recursos para garantir os direitos constitucionais básicos para a população idosa em Santa Maria/RS.

A execução do objetivo desse projeto é viável, pois, os meios para realizá-lo (tempo, acesso aos dados, aceite da organização investigada) estão disponíveis. Acredita-se que essa pesquisa contribuirá para: a) a melhoria da gestão de recursos, estabelecendo novas formas de gestão; b) o repensar sobre o alcance das políticas públicas destinadas aos idosos que estão em vigor atualmente; c) vislumbrar outras alternativas de prover os serviços públicos, o que implicará na concepção da natureza prestada desse serviço como resultado da própria política de assistência para os idosos institucionalizados.

Considerando o objetivo traçado, optou-se em realizar uma pesquisa qualitativa através de observação, entrevistas semiestruturadas com o dirigente da Instituição e o responsável pelo financeiro, entrevistas informais com usuários do serviço, e pesquisa em documentos.

Este trabalho está assim estruturado: primeiro se apresentam informações sobre o processo de envelhecer e problemáticas relacionadas, em seguida sobre Instituições de Longa Permanência para Idosos, após acerca das Políticas Públicas Destinadas aos Idosos. A essa revisão da literatura, seguem-se os Procedimentos Metodológicos, e a Apresentação e Análise dos Dados. Por fim, discorre-se sobre as Considerações Finais.

2. Desenvolvimento do conteúdo

2.1 O processo de envelhecer e problemáticas relacionadas

Ao se avaliar o processo de envelhecer se incluem também as questões de aspecto cultural, político e econômico bem como o olhar da sociedade sobre esse segmento populacional e as relações que se estabelecem com os mesmos. As autoras Rodrigues e Soares (2006) sinalizam que,

Para efeito legal, idoso é a denominação oficial de todos os indivíduos que tenham sessenta anos de idade ou mais. Esse é o critério adotado para fins de censo demográfico, utilizado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas políticas sociais que focalizam o envelhecimento. Como exemplo, cita-se a Política Nacional do Idoso (PNI) (p.03).

Segundo Neri (2005), o ato de envelhecer é embasado na genética de cada espécie, havendo um entendimento global e geral desse fenômeno que se sobrepõem a todos os seres: todos que permanecerem vivos envelhecerão um dia (BEAUVOIR, 1990). Entretanto, há que se considerar também os componentes individuais, pois a frequência, a durabilidade e os efeitos do envelhecimento variarão entre os indivíduos em virtude de diferenças genéticas, biológicas, sociais, históricas e psicológicas (BEAUVOIR, 1990; NERI, 2005; SALGADO, 2000). O processo de envelhecer é, em igual tempo, geral (pois, afeta a todos) e particular, pois, como

destaca Salgado (2000), a cronologia, fisiologia e psicologia humana em raríssimos casos coincidem, o que reforça as diferenças individuais.

Percebe-se assim que a problemática não reside no fato de envelhecer e sim no processo de como isso vai acontecer com cada indivíduo. Além disso, vale destacar que “a forma de conceber e viver o envelhecimento depende do contexto histórico, dos valores e do lugar que o idoso ocupa na escala classificatória dessa sociedade, que ao final serão os responsáveis pela construção social do envelhecer e da velhice” (RODRIGUES; SOARES, 2006, p.06).

Considerando o aumento da expectativa de vida, a elevação da taxa de fecundidade (anos 1950 e 1960); a queda da taxa de mortalidade em todas as idades (desde 1950); a redução da taxa de natalidade (CAMARANO *et al.*, 2011; VENTURI; BOKANY, 2007) as problemáticas do envelhecimento e da longevidade tem aparecido constantemente como pauta de agendas no cenário brasileiro.

Segundo Junquera (1998) e Bulla e Mediondo (2010), o aumento da expectativa de vida e conseqüentemente, a elevação da população idosa em países em desenvolvimento decorre de avanços e melhorias nas ciências da saúde, no campo científico e tecnológico, da adoção de estilos de vida mais saudáveis, práticas preventivas e de promoção da saúde, controle de doenças e melhores condições de higiene, incluindo saneamento básico. Embora Camarano (2006) pontue que as políticas econômicas e sociais tenham contribuído em grande parte para o sucesso no aumento da expectativa de vida, ainda se observa muito a ser feito em termos de políticas públicas.

Conforme Freire e Tavares (2005) percebe-se maior preocupação com o envelhecimento populacional, especialmente em países em desenvolvimento, nos quais este fenômeno ocorre no contexto de grande desigualdade social. Nestes países, o aumento de idosos vem acontecendo de forma muito rápida, sendo estimado que em 2025 entre os dez com maior número de idosos, cinco serão países em desenvolvimento (WHO, 1998). Prova disso é o estatuto do Idoso, Lei n 10.741/2003, que em seu Art. 1, declara: “é instituído o estatuto do idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos”.

Uma questão que chama a atenção e afeta o ingresso de idosos em ILPI, trata-se da mudança nos papéis familiares. Essa mudança decorre “da complexidade de situações criadas por fatores socioculturais e econômicos que afetaram diretamente

a dinâmica familiar” (RODRIGUES, SOARES, 2006, p.13). Segundo esses autores, deve-se dar especial atenção às “limitações da família contemporânea nesta tarefa de responsabilizar-se pelo amparo e apoio aos seus velhos” (2006, p.14).

A carga horária de trabalho da família contemporânea tem se apresentado cada vez maior. Atualmente, os integrantes do grupo familiar são em menor número o que interfere também em ter alguém disponível ou com condições para cuidar devido à particularidade de cada idoso, se é dependente ou não de cuidados específicos em saúde.

Frente às dificuldades em consequência da precariedade das políticas sociais brasileiras e de fatores econômicos tais como o desemprego, o empobrecimento de um grande número de famílias, a privatização no âmbito familiar; a responsabilidade desses cuidados, para com seu familiar, por vezes, acaba em dano para esses idosos devido aos poucos recursos materiais e psicossociais de suas respectivas famílias. Adicionalmente, Colomé *et al.* (2011), pontua que,

Algumas mudanças na estrutura familiar tais como: a saída da mulher para o mercado de trabalho, as situações de baixa renda da família, as separações, a viuvez e a diminuição do número de filhos muitas vezes impossibilitaram a família de exercer o cuidado ao idoso. Deste modo, essas situações, associadas ao nível de dependência da pessoa idosa, contribuem para um aumento no número desses indivíduos em instituições de longa permanência (p.1).

Observa-se assim que o menor núcleo familiar por si só, em grande parte, não tem conseguido dar conta dessa problemática sozinha, sendo necessária, muitas vezes a solidariedade da família estendida por grau de parentesco mais próximo e que da mesma forma depende do amparo dos órgãos públicos, pois só conseguirá dar conta se receber proteção e apoio por parte do governo.

Diante das situações apresentadas e à demanda dos idosos muitas famílias optam pela institucionalização de seu idoso e como alternativa viável buscam as ILPI (SILVA; SANTOS, 2010). Essas instituições são consideradas moradias com mão de obra especializada (técnica) cujas funções básicas são proporcionar assistência aos idosos dependentes de cuidados, conforme a necessidade de cada um, integrando um sistema continuado de cuidados com uma equipe multidisciplinar para, assim, garantir um atendimento digno e de qualidade aos mesmos.

Percebe-se assim, que se faz necessário e essencial o serviço dessas instituições de caráter assistencial que, por terem esse caráter seguem a Lei

Orgânica da Assistência Social, Lei n 8.742³ (LOAS, 1993). Diante disso, a próxima seção abordará as ILPIs.

2.1.2 Instituições de Longa Permanência para Idosos

Ao se falar em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), faz-se necessário, primeiramente, definir seu conceito. Conforme descrito no documento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2008), baseado na RDC 283 da Anvisa, onde consta que

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária define as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) como instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (2005).

De acordo com DUARTE (2014, p. 203), “a criação de Instituições de Longa Permanência desde o período colonial final do século XIX e início do século XX, sendo recente a incorporação dessas práticas na trajetória das políticas públicas sociais” (FALEIROS; MORANO, 2009). As autoras Camarano e Pasinato (2004), compreendem que cuidar de pessoas idosas dependentes, com necessidades especiais não seja uma tarefa nova. Observou-se ao longo do séc. XX que foi uma progressiva transferência de uma atividade desenvolvida antes só no domínio privado e do ambiente familiar para o espaço público ou estatal. Podendo isso ser atribuído ao aumento da parcela significativa das mulheres no mercado de trabalho, considerando que antes disso eram elas, em sua maioria, que acabavam provendo os cuidados de seus familiares.

A partir disso, percebe-se que a questão da solidariedade familiar enfraqueceu frente às profundas transformações nos núcleos familiares. Existe o processo de migração e urbanização e a diminuição dos componentes do grupo familiar. Em consequência surgem as grandes instituições hospitalares e assistenciais que se destinam à prestação de serviços de atenção e proteção integral aos idosos mais conhecidos como asilos, albergues, abrigos, casas de

³ “A assistência social, direito do cidadão e dever do estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2004, p. 25).

repouso e casa lar.

É nesse cenário que surgem as Instituições de Longa Permanência de caráter assistencial denominado pela política de assistência social como serviço de acolhimento institucional de proteção social especial de alta complexidade. Preconiza-se que estas instituições farão o “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral” (Res. 109 de 11 de nov. de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais).

Pensadas como cenários de cuidados, as ILP ainda constituem um desafio, principalmente se contrastadas com a proposta da promoção da saúde, que se funda no empoderamento, expressos, entre outros aspectos, pelo direito à individualidade, muitas vezes interdito neste contexto (FREIRE; TAVARES, 2005).

As Instituições de Longa Permanência para Idosos buscam prestar a estas pessoas um cuidado integral através de equipes multiprofissionais para isso as ILPIs buscam prestar toda a assistência que os idosos necessitam, garantindo-lhes a proteção integral. Portanto ressalta-se a importância das Instituições de longa Permanência para Idosos e a sua função de amparar e acolher pessoas que não conseguem mais ficar na proteção e cuidados de seus familiares. Porém, essas Instituições de caráter assistencial por serem em sua maioria filantrópicas dependem de recursos públicos, ou seja, repasse se recursos pelo poder público seja, por projetos sociais ou convênios firmados.

No entanto, na prática, quando se tem a destinação do recurso, esse por ser escasso, não se configura em um valor considerável para cobrir os gastos com a manutenção do local. Diante disso, a própria instituição acaba se habilitando à captação de recursos por outras estratégias, através da Destinação do Imposto de renda devido, programas como o Nota Fiscal Gaúcha, Lei 14.020⁴, entre outros. Essa captação tem a finalidade de manter o local em funcionamento e garantir a essas pessoas uma melhora na qualidade de vida e bem estar.

⁴ Em seu Art. 1 Art. 1.º Fica instituído o Sistema Estadual de Cidadania Fiscal, de responsabilidade da Secretaria da Fazenda, com objetivo de fomentar a cidadania fiscal e integrar programas, projetos e ações que visem à valorização da função socioeconômica do tributo, promovendo a participação dos cidadãos.

2.1.3 Políticas Públicas Destinadas aos Idosos

As políticas públicas significam ação coletiva e tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondente, as quais, por sua vez, têm a sua operacionalização por meio de programas, projetos e serviços. Como é possível perceber, entende-se como política pública por um movimento de ações coletivas, planos e estratégias, com o objetivo de concretizar os direitos sociais previstos na legislação vigente.

Tratam-se de políticas colocadas em prática por meio de programas, com a distribuição de bens e serviços, e direcionada à população mais necessitada (no caso aqui mencionada o segmento da população idosa), onde se visa, com essas políticas aplicadas, uma melhora na qualidade de vida e, como consequência, na saúde, de forma geral.

Nessa ótica, a atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca incluir as demandas presentes na sociedade brasileira, no que se refere à responsabilidade política, para esclarecer diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004). Ainda de acordo com o Estatuto do Idoso, no seu Art.3, “é obrigação da família, da comunidade da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho à cidadania, à liberdade, dignidade, ao respeito à convivência familiar e comunitária”. Assim, as pessoas que necessitam das políticas públicas, dos serviços ofertados nas Instituições de longa permanência, ficam dependendo de vagas nesses locais, por se ter uma grande demanda, já que, quando foge do alcance do familiar cuidar de seus idosos, esta busca auxílio do poder público. Conforme Miyata *et al.* (2005),

Apesar das mudanças ocorridas no cenário nacional em relação às políticas de proteção social ao idoso, estas ainda se apresentam muito restritas à oferta de serviços e programas de Saúde Pública, como na amplitude da sua intervenção. O Estado se apresenta como um parceiro pontual, com responsabilidades reduzidas, que atribui à família a responsabilidade maior dos cuidados desenvolvidos em casa a um idoso na dependência de outra pessoa. Constata-se que inexistente uma política mais veemente no que se refere aos papéis atribuídos às famílias e aos apoios que cabem a uma rede de serviços oferecer ao idoso dependente e aos seus familiares (KARSCH, 2003).

Questões essas que antes eram restritas ao domínio privado, familiar, e agora passam para o domínio público, fazendo do Estado, em tese o agente responsável pela proteção social, principalmente pelos mais vulneráveis. Porém, na prática, o Estado não assume de fato e de modo satisfatório a sua responsabilidade relativa às questões de proteção social. Apesar das falhas do poder público quanto à sua verdadeira função estatal, a questão do envelhecimento começa a partir daí, a se constituir em problema social. Por mais que se tenham políticas públicas para esse segmento, mesmo assim, ainda há muito o que ser feito, principalmente, devido ao aumento significativo dessa parcela da população.

...para o grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade o aumento na participação relativa é acentuado, passando de 13,8%, em 2020, para 33,7%, em 2060, ou seja, um aumento de 20 pontos percentuais. O grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade será maior que o grupo de crianças com até 14 anos de idade após 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade. (IBGE, 2013).

Analisando esse aumento considerável na população idosa, se faz necessária medidas que venham, pelo menos, a minimizar os problemas sociais decorrente do avanço da Idade. Rodrigues e Soares (2006) corroboram com esse entendimento, visto que, para eles “a medida em que a sociedade vai mudando, impõe-se a necessidade de um ajuste das políticas públicas para a acompanhar e sustentar essas mudanças” (p.14-15). Vale lembrar que “As políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações. Isso significa equilibrar as prioridades das necessidades dos idosos com a de outros grupos populacionais” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p.288).

Portanto, a partir dos fatos descritos são as políticas públicas que irão formar diretrizes de ação a esse segmento que por vezes, necessitam de auxílio para a realização de atividades da vida diária, fazendo com que essas pessoas sejam encaminhadas para locais onde possam ser cuidadas e amparadas, isso quando a família alega não conseguir mais cuidar de seu familiar ou ente querido. Camarano e Pasinato (2004) contribuem dizendo que

Cuidados de longa permanência dirigem-se aos idosos que perderam parte

de sua autonomia física e mental e a família não possui meios financeiros, físicos ou emocionais para a prestação dos cuidados necessários. Em geral, são os mais idosos. As ações governamentais nessa modalidade de atenção são, quase sempre, de caráter assistencial. São formuladas em nível federal, mas executadas, na sua maioria, de forma descentralizada em parcerias que envolvem os estados, os municípios e a sociedade civil. O papel do Estado consiste em prover os serviços para os idosos de baixa renda, regular e fiscalizar as instituições privadas que prestam esses serviços (p.279).

A partir dessa realidade apresentada, buscam-se as políticas públicas voltadas para os idosos, e as Instituições de longa Permanência para Idosos (ILP) aparecem como alternativas, principalmente para a parcela da população considerada de baixa renda. Portanto, tem a função de assistir as pessoas idosas quando verificada ou constatada a inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família. Sendo que essas instituições ficam obrigadas a manter “os padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes sob penas da lei” (Lei 10.741/03 art.37 par.3). Considerando esses aspectos, percebe-se a importância dessas instituições de Caráter social, principalmente para a parcela da população que não dispõe de recursos financeiros para manter seu familiar em casa e depender do auxílio do serviço de terceiros para cuidar de seus idosos, acometido ou não de doença.

Sabendo que as políticas sociais auxiliam as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou de risco social, que se encontram à margem de atender suas necessidades devido às suas próprias fragilidades, cabe ao Estado oportunizar e/ou incluir no plano político como um objetivo minimizar os conflitos sociais e atender com mais dignidade esse segmento da população. Isso é particularmente importante porque tais indivíduos, na maioria das vezes não têm acesso a serviços de qualidade, principalmente aqueles que não tem condições financeiras ou possuem problemas de saúde e dependem das instituições de caráter social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Métodos escolhido e justificativa

Para alcançar os objetivos traçados, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, por se entender que esta

Tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (GODOY, 1995, p. 62).

A presente pesquisa se dará de forma a qualitativa com o uso do método estudo de caso. Para Yin (2005), estudo de caso trata-se uma investigação empírica, que abrange planejamento, técnicas de coleta e análise de dados. Para Merriam (1988), o conhecimento que é gerado a partir deste método difere do conhecimento gerado a partir de outros, visto ser mais palpável, mais revelador das circunstâncias e mais direcionado à interpretação do leitor.

Este estudo se justifica devido a demanda cada vez maior que as ILPIs recebem de idosos no município de Santa Maria, em específico aqui mencionado o Lar da vovó, desta forma, busca-se verificar se os recursos financeiros destinados a mesma são suficientes para atender as necessidades apresentadas na instituição e ainda manter e atender a demanda cada vez maior de idosos institucionalizados.

3.2 Instituições objeto de pesquisa

A Instituição escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi o “Lar da vovó”, (nome fictício) localizada no município de Santa Maria, reconhecida como a maior instituição do Sul do Estado, por abrigar aproximadamente 200 idosas de caráter assistencial.

A Instituição tem por missão acolher e amparar pessoas idosas carentes do sexo feminino de Santa Maria e região. Informações essas contidas no Estatuto da Instituição e que foram coletadas durante o período de trabalho na mesma. Tem como público alvo mulheres idosas que por circunstâncias da vida ficaram sozinhas

e/ou são pessoas que não tem mais ninguém por elas e acabam sendo institucionalizadas para assim ter amparo e proteção integral.

O local é conhecido também como Instituição filantrópica ou assistencial é mantido por doações e colaboradores da comunidade em geral, projetos sociais, parcerias firmadas entre as empresas e destinação de recursos via o Imposto de renda devido a mesma também vive em constante busca de recursos para assim manter seu funcionamento. Tem ISO 9001 e possui caráter social, pois seus dirigentes não são remunerados e sim somente a parte técnica, conforme consta no Estatuto Social da Instituição.

3.3 Coletas de dados e sujeitos da pesquisa

Para a coleta de dados se utilizará entrevistas e observação direta. Assim, elaborou-se um roteiro de entrevistas designado ao dirigente da Instituição e outro ao responsável pelo financeiro da mesma, a fim de saber qual o entendimento de ambos para o desenvolvimento desse trabalho. A proposta era a de compreender melhor a realidade dessa instituição em se tratando de angariar recursos para a permanência e assistência aos idosos que necessitam desse espaço. Adicionalmente foi realizada observação direta na Instituição “Lar da Vovó” por um período de um ano, de maio de 2014 a maio de 2015.

Dessa forma, o roteiro A, usado como base para coletar dados com o dirigente da instituição, continha perguntas que descrevem seu trabalho como o cargo ocupado, período de gestão da direção, também buscou-se através desse questionário saber a visão que o diretor da instituição tem sobre as características físicas, público alvo e o número de indivíduos que estão em atendimento no lar da vovó, na relação trabalhista também buscou-se informações como em um questão sobre o numero de funcionários e qual seria o número ideal para atender a demanda de profissionais capacitados para atender idosas.

O papel do gestor foi outro ponto questionado, inclusive sobre as verbas destinadas a instituição como a quantidade de recursos financeiros e montantes destinados a mesma, bem como a origem deste, por exemplo, se existe a colaboração de entidades públicas, privadas e de pessoas físicas, para a constituição do recursos financeiros que o lar da vovó manter no seu dia a dia, verificando se está quantidade destinada é satisfatória para entender as demandas

exigidas no lar da vovó. E para finalizar o questionário foi perguntado sobre as políticas públicas voltadas para os idosos e de que forma a mesma auxilia na construção do montante destinado para o lar da vovó. Conforme pode ser visto no Anexo A.

O roteiro B, usado com o responsável financeiro, continha as seguintes perguntas: Cargo ocupado na instituição? Desde quando trabalha na prefeitura de Santa Maria? Sabes dizer quais as políticas públicas destinadas a idosos e a Instituições de Longa Permanência? As políticas designadas a amparar as pessoas idosas são suficientes no seu entendimento? Qual o montante de recursos destinados para as Instituições de Longa Permanência atualmente? Acredita que é satisfatória a atual forma de distribuição de recursos financeiros para essas instituições? Poderia existir uma forma mais fácil e/ou ágil para o repasse de recursos para essas Instituições além das que já existem? Quais são as políticas referentes ao repasse de recursos, leis de incentivo etc. destinadas à Instituições de Longa Permanência? Você acredita que elas são suficientes? O que poderia ser feito de diferente? Todas estas questões podem ser vistas no anexo B.

3.4 Análises dos dados

A presente pesquisa se dará de forma qualitativa guiada através dos roteiros de entrevista aplicados com o gestor da Instituição, responsável pelo financeiro “Lar da vovó”, e ainda uma pessoa de referência da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Santa Maria /RS.

A fim de questionar e compreender sobre a destinação de recursos financeiros à uma determinada instituição de caráter social do município de Santa Maria. Sendo essa questão a ser discutida nessa pesquisa sobre esses três olhares, gestor da instituição, responsável pelo financeiro e uma pessoa da Secretaria do Desenvolvimento Social de Santa Maria/ RS.

A coleta de dados ocorreu por meio de diálogos informais durante o período de trabalho com os mesmos, através de um roteiro de entrevista, por e-mail a fim de entender ou compreender melhor a realidade dessa instituição e o

entendimentos que ambos tem sobre essa questão na busca de angariar recursos para a permanência e assistência aos idosos que necessitam desse espaço.

A análise de dados foi obtida através da leitura destes questionários, sendo que estes foram analisados posteriormente devido às questões serem abertas e diretas foi possível analisar de forma sistemática cada questão, buscando verificar a consistência e integridade da resposta de cada um dos entrevistados, para poder realizar a construção da pesquisa de forma fidedigna.

4.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para atingir os objetivos propostos, realizaram-se entrevistas com o gestor da Instituição e o responsável financeiro da instituição “Lar da vovó” (nome fictício), a fim de obter informações sobre a manutenção da mesma, sobre o seu público alvo e ainda, questioná-los sobre os desafios apresentados para gerir essa instituição. O “Lar da vovó” tem por missão acolher e amparar pessoas idosas e carentes desamparadas do sexo feminino de Santa Maria e região. O público alvo atendido pela Instituição é de pessoas idosas a partir de 60 anos

O Lar as assiste com moradia, alimentação, vestuário, assistência à saúde e social buscando promover o resgate da dignidade humana e trabalhando a favor dos idosos em situação de vulnerabilidade social. Busca constantemente a melhoria das condições de atendimento e da qualidade de vida de todas as abrigadas na instituição. Pautam seus serviços no Estatuto do Idoso Lei 10.741/2003, frisando que no seu art. 37 “o idoso tem direito à moradia digna, no seio de sua família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou ainda, em instituição pública ou privada” (p.18).

Os entrevistados entendem que, nesse estágio da vida, os idosos requerem cuidados especiais, sendo esse o objetivo do Lar. Nessa linha Duarte (2014) compreende que esses cuidados estão alicerçados no atendimento de suas necessidades humanas básicas tais como: higiene, alimentação e um lugar para morar, espaço esse onde o corpo físico possa ter segurança, com respeito independentemente de sua condição de saúde, ou seja, ser acolhido ou abrigado pela instituição tornando essa seu novo lar. Esses lares possibilitam a formação de novos vínculos socioafetivos, fortalecimento das relações interpessoais

entre as pessoas idosas residentes nesse mesmo espaço. Pensando assim as autoras Silva e Santos (2010) colaboram dizendo que

O melhor espaço para a pessoa idosa residir é aquele que oferece conforto, segurança, tranquilidade que supre as necessidades de vida diária, como também atende aos aspectos físicos, sociais e afetivos. Quando se busca um local para viver, um elemento que favorece a escolha é a possibilidade da estrutura da instituição aproximar-se, o máximo possível, a um lar (p.778).

Ainda ao indagar aos dirigentes sobre as maiores dificuldades enfrentadas, no papel de gestor (a) de uma Instituição de Longa Permanência, qual (is) a(s) maior (es) dificuldade(s) enfrentada(s)?

“No meu entendimento a busca de angariar recursos financeiros para o manutenção da mesma considerando os recursos escassos e a demanda de serviço ser muito”. Assim, citaram a busca de angariar recursos financeiros para o mantimento da mesma, considerando os recursos que adentram na instituição serem escassos e a demanda de serviço ser bem significativa. A instituição não dá conta da demanda apresentada, ou seja, não há vagas para alocar todas as pessoas que necessitam de atendimento. E segundo a autora Camargos (2014, p. 216), “cabe destacar que a demanda é ocasionada pelo crescimento da população em situação de fragilidade econômica, física, mental, cognitiva e familiar”.

Nesse aspecto, os autores Camarano e Kanso (2010) destacam que

Isto passa a requerer que o Estado e o mercado privado dividam com a família as responsabilidades no cuidado com a população idosa. Diante desse contexto, uma das alternativas de cuidados não-familiares existentes corresponde às instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), sejam públicas ou privadas (p.233)

A instituição acolhe pessoas com determinadas características, com relativa autonomia, sendo escolhidas pessoas que a instituição possa cuidar e considerando a situação de vulnerabilidade social. Sobre isso a autora Camargos (2014), contribui esclarecendo que, “neste caso, em geral, o público-alvo dessas instituições são indivíduos em idade mais avançada, com redução na capacidade funcional, em situação financeira precária, sem família ou em condições de maus-tratos familiares” (p.212).

Sobre o número de funcionários, Qual seria, na tua visão, o número apropriado de funcionários para manter a Instituição? Por quê? E que número de funcionários a instituição tem hoje?

“O que temos atualmente na Instituição é 90 e no momento é o suficiente, Não dispomos de recursos financeiros para ter mais pessoa na Instituição”.

Portanto a demanda de funcionários para cada ala, pois, assim é dividido o espaço na instituição. As alas apresentam números variados de idosas, porém, sempre um número fixo de funcionários como a equipe de enfermagem por turno cada Ala desta instituição conta com 2 técnicos de enfermagem. Se forem acolhidos idosos com limitações mais agudas ou pessoas com maior grau de dependência, isso causa impacto em relação ao número de funcionários pode ser observado na Ala da enfermaria onde são dois andares e cada andar conta com 2 técnicos de enfermagem e 2 a 3 bolsistas por turno devido a demanda de cuidados ser maior. Se tratando desse tema, os dirigentes da Instituição “Lar da vovó” entendem poder acolher um determinado perfil de idosas, devido a caracterização pela sua autonomia. Sobre esse aspecto Camargos (2014), firma que “a não admissão de pessoas com dependência grave merece destaque, afinal, idosos com este tipo de incapacidade são os que demandam mais atenção e investimentos financeiros” (p.215).

Assim, segundo as informações coletadas com os dirigentes da Instituição através de questionamentos informais abertos ficou claro a preferência por admitidas com maior funcionalidade, autonomia e independência, visto que a instituição possui um número suficiente de funcionários para o andamento das atividades, perfazendo um total de 90 funcionários (entre os setores de higienização, enfermagem, administrativo e pessoas para manutenção). Sendo este número correspondente ao atendimento, cuidado e prestação de assistência a 191 idosas abrigadas no momento.

Colaborando ainda os autores Smanioto e Haddad, (2011), é de extrema importância que as instituições de longa permanência estejam estruturadas tanto física quanto organizacionalmente tenham um quadro de funcionários condizente com o número de abrigados, assegurando assim uma assistência digna e de qualidade de vida nesse espaço.

Ainda o gestor e responsável pelo setor financeiro sobre o que é destinado a instituição; Qual o montante de recursos destinados para a Instituição atualmente?

“O recurso certo mesmo de todos os meses é o do valor recebido das aposentadorias das idosas que gira em torno de R\$ 110.000,00 e demais colaborações da comunidade em geral, pois, os projetos aprovados tem que esperar a liberação do recurso”.

Atualmente o que entra de recurso fixo na instituição é o valor percebido pelas idosas bem como valores de doações da comunidade em geral e parcerias firmadas. Colaborando nesse sentido as autoras Camarano e Kanso (2010), afirmam que “as instituições brasileiras vivem principalmente do recurso aportado pelos residentes e/ou familiares” (p.235).

Afirmam ainda “que são duas as formas de aporte financeiro para a instituição uma de recursos de receitas fixas, que são oriundas das aposentadorias, pensões e benefícios das assistidas e mensalidade dos sócios. A outra forma é de recursos de receitas variáveis que são oriundos de doações da comunidade em geral, festa anual da Instituição de projetos sociais de empresas, projetos financiados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), Fundo Municipal do Idoso (FUMID), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), doações de empresas, patrocinadores, renda de locação de imóveis, renda da venda de produtos produzidos na instituição, alienações de bens próprios e renda de promoções e eventos”.

Qual a origem dos recursos? Parte vem do setor público? De que órgãos, organismos? Qual o valor que vem destas fontes?

“A origem é proveniente de projetos sociais perfazendo um total de R\$ 287.219,60 (COMID,NFG, IRPFJ, empresas privadas 10.000,00”.

Ainda sobre os recursos existem os do setor privado que ao ser perguntado. E parte dos recursos vem do setor privado? De que empresas? Qual o valor que vem destas fontes? Como vocês levantam esses recursos? (por que tipo de programa?)

“De parcerias firmadas entre empresas privadas bem como a destinação do imposto de renda devido onde as empresas que optam em destinar o recurso do imposto para a instituição através do fundo municipal do idoso para onde vai esse recurso e depois as Instituições aptas a receber esse valor fazem os projetos para angariar esse recurso disponível”.

A origem dos recursos conforme os dirigentes referente aos recursos públicos é aproximadamente de (R\$ 207.000,00), ao longo do ano de 2014 e os recursos do setor privado em torno de (R\$ 39.000,00) através de projetos sociais, de parcerias firmadas entre empresas privadas bem como da destinação do imposto de renda devido (caso das empresas que optam em destinar o recurso do imposto para a Instituição através do fundo Municipal do Idoso). Tem ainda a contribuição por parte dos colaboradores e comunidade em geral, porém, este valor é flutuante por ser uma colaboração espontânea em casos esporádicos, sendo que contabilmente o financeiro optou por não informar o valor exato ou aproximado.

Foi questionado também quanto à possibilidade de existência de outra forma de repasse financeiro. Poderia existir uma forma mais fácil e/ou ágil para o repasse de recursos para a Instituição além das que já existem?

“Acredito que sim por exemplo repasse direto do governo federal através do Ministério do desenvolvimento social, e a instituição faria a prestação de contas direto a este órgão. Enfim um repasse direto sem debitar em contas do município onde geralmente têm-se o embate pela morosidade em liberar os recursos que chegam até as contas do município e este demora a repassar”.

Sobre essa questão o gestor respondeu que acredita que existem sim alternativas, tais como, o repasse direto do governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Social, situação em que a instituição faria a prestação de contas direto a este órgão. Enfim, um repasse direto sem debitar em contas do município, onde geralmente têm-se o embate pela morosidade em liberar os recursos que chegam até as contas do município e esta demora a repassar.

Já nesse aspecto o responsável pelo financeiro entende que “se as políticas públicas fossem cumpridas da forma como deveriam ser, não haveria a necessidade de criar novas formas de repasse dos recursos financeiros”. Afirma ainda que deveríamos brigar para a política ser aplicada como está descrita na lei e não criar mais alternativas e os problemas continuarem os mesmos. Nessa linha de pensamento Pereira (2000), confirma dizendo que

A política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondente, as quais, por

sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços (p. 223).

Como é possível perceber, como política pública, a autora entende um movimento de ações coletivas, planos e estratégias, com o objetivo de concretizar os direitos sociais previstos na legislação vigente e assim assegurar os direitos principalmente das pessoas que dependem das políticas públicas. Silva (2004) considera o Estado como provedor das políticas públicas e fortalecedor das iniciativas; seja por parte dele mesmo ou de empresas particulares, na tentativa de dar mais dignidade aos fragilizados, que não têm outra oportunidade a não ser através de intervenções ou parcerias do Estado com a sociedade, com vistas a diminuir as desigualdades.

Ainda questionados, gestor e responsável financeiro, como presidente, é satisfatória a atual forma de distribuição de recursos financeiros para a instituição? “Entendo que poderia ser melhor ou de uma forma mais ágil pois se faz os projetos e não se consegue captar o recurso em um tempo hábil sempre tem que se esperar o repasse do recurso e este é demorado pela burocracia”.

Os dois afirmam entendem que não é satisfatória e isso vem sendo debatido e questionando no decorrer da pesquisa. Ainda sobre ao questionamento; As políticas designadas a amparar as pessoas idosas são suficientes no seu entendimento?

“As políticas são, porém, faltam são serviços que ofereçam esse atendimento principalmente os de caráter assistencial pois os que existem acabam sendo insuficientes devido a grande demanda apresentada e ainda tem os critérios a serem seguidos de acordo com a particularidade de cada instituição”.

Referente às políticas sobre os repasses financeiros outra pergunta; Quais são as políticas referentes ao repasse de recursos, leis de incentivo etc. destinadas à Instituições de Longa Permanência? Você acredita que elas são suficientes? O que poderia ser feito de diferente?

“ Temos o programa nota fiscal gaúcha (NFG) onde cada pessoa pode se cadastrar no site e escolher a instituição desejada, assim a Instituição recebe o valor de acordo com a pontuação adquirida. Tem-se ainda os Recursos do FMAS, FNAS (que no ano passado, inclusive, a instituição não recebeu nada, pois a Secretaria de Município não abriu edital) e do COMID (Conselho Municipal do Idoso) e do IRPFJ

(imposto de renda pessoa física e jurídica) Os recursos financeiros são ainda insignificantes frente as demandas apresentadas, poderia se ter uma forma de repasse direto do órgão de instancia maior e a prestação direta para esse órgão financiador direto da instituição com o mesmo”.

Para os entrevistados, os recursos financeiros são ainda insignificantes frente às demandas apresentadas. Nesse contexto, poderia se ter uma forma de repasse direto do órgão de instância maior e a prestação de contas direta para esse órgão financiador sendo assim, mais simples para se administrar o repasse.

O outro roteiro de entrevista foi respondido por um profissional da Secretaria de desenvolvimento Social do Município de Santa Maria/RS, que ocupa o cargo de Assistente Social a qual foi também foi perguntado sobre o assunto, questionamento esses tais como; Desde quando trabalha na prefeitura de Santa Maria? “Desde de 23 de abril de 2010”. Ao ser perguntada sobre as políticas públicas; Sabes dizer quais as políticas públicas destinadas a idosos e a Instituições de Longa Permanência?

“Existe a Política do idoso mais estruturada na saúde, na Assistência Social existe apenas um recurso anual que é destinada a instituições por meio de Projetos Sociais e outro recurso destinado ao Conselho Municipal do Idoso”.

A mesma afirmou que existe uma Política do idoso mais estruturada na saúde, na Assistência Social existe apenas um recurso anual que é destinado a instituições por meio de Projetos Sociais e outro recurso destinado ao Conselho Municipal do Idoso. Quando questionada sobre as políticas designadas a amparar as pessoas idosas são suficientes no seu entendimento?

“No meu entendimento não, pois devia existir uma politica bem estruturada que envolvesse as diferentes áreas para assistir os idosos como um todo e não apenas ações fragmentadas como é a realidade”.

Ainda referente aos recursos; qual o montante de recursos destinados para as Instituições de Longa Permanência atualmente?

“É um recurso vindo do governo Federal que não tem um valor x, pode variar de um ano para outro, mas é um valor baixo e destinado apenas a casas de acolhimento”.

Sobre os recursos que são destinados para as instituições de longa permanência atualmente; Acredita que é satisfatória a atual forma de distribuição de recursos financeiros para essas instituições?

“Não além de ser um valor baixo, não contempla outros aspectos da vida do idoso, lazer, cultura, esporte...é apenas para abrigamento”. Sendo que esse não contempla outros aspectos da vida do idoso, lazer, cultura, esporte etc., é apenas para abrigamento.

Nessa linha, encontra-se amparo em Cornélio (2013), que cita existir a necessidade de políticas públicas para viabilizar e ampliar instrumentos de lazer de uso coletivo, para sensibilizar as pessoas a participarem de atividades planejadas, assim como promover políticas de inclusão social, por mais que estejam institucionalizados devem usufruir de lazer, cultura e esporte conforme preconiza o estatuto do idoso.

Ao ser questionada se; Poderia existir uma forma mais fácil e/ou ágil para o repasse de recursos para essas Instituições além das que já existem? “Acredito que o problema não é a forma de repasse, pois, esta é feita pelos meios legais, mas o problema esta no pouco recurso e também na falta de interesse em realmente efetivar uma política pública para o idoso”.

Ainda sobre; Quais são as políticas referentes ao repasse de recursos, leis de incentivo etc. destinadas à Instituições de Longa Permanência? Você acredita que elas são suficientes? O que poderia ser feito de diferente?

“O repasse existente é apenas o do Ministério do Desenvolvimento Social que é uma parcela anual, por dedução de imposto de renda pode ser feito por meio do Conselho do Idoso. Mas são realizadas ainda de forma tímida e não são suficientes, certamente não atendem as necessidades das instituições. Um fato que poderia ser diferente, por exemplo, seria a compra de vagas, assim como o Município é obrigado a comprar vagas para acolhimento de crianças e adolescentes, também poderia comprar vagas para o acolhimento de idosos”.

As fontes de financiamento da Instituição referida são provenientes de mensalidades advindas das aposentadorias ou benefícios das assistidas e ainda da contribuição de familiares. Além deste existem os convênios que são firmados entre o setor privado e público principalmente, mas esses porém, não mantêm uma linearidade como podemos evidenciar através do gráfico 1. Também pode-se

evidenciar que a partir do estudo realizado a contribuição garantida na Instituição é recebida das assistidas e assim auxiliam na manutenção. Onde evidencia-se que as “verbas destinadas às ILPIs pelo poder público respondem por somente 5,7% d a renda total e, completam o funcionamento das ILPIs a própria renda das instituições através de fundações mantenedoras, sociedades beneficentes, clubes” (IPEA,2008,p. 71).



Gráfico 1: Gráfico demonstrando os valores arrecadados a partir de convênios públicos e privados no intervalo de tempo entre 2005 à 2014.

Faz-se necessário pensar nessa possibilidade, pois, na visão da autora Camargos (2014),

“Mesmo que ocorram melhorias na saúde da população, permitindo que as pessoas envelheçam com autonomia e independência, o envelhecimento populacional, associado ao aumento da expectativa de vida e aos novos arranjos familiares, tende a ampliar ainda mais a demanda por vagas nessas instituições. Resta agora pensar no que fazer com a demanda atual e planejar o futuro, em um momento em que, para cada cinco pessoas, uma será idosa” (p.216).

Ainda com referência a autora, percebe-se que a sociedade e poder público têm a preocupação com o envelhecimento, porém, há falta de interesse e descaso de como vamos enfrentar as questões do envelhecimento devido às dificuldades encontradas, sejam na efetivação das políticas acerca de como suprir a demanda de

vagas nas instituições e seja na manutenção das mesmas. Nesse sentido, observa-se que os recursos públicos não são tão significativos e acabam por não dar conta da demanda apresentada, principalmente, quando falamos de idosos que requerem cuidados específicos em saúde e que as famílias não conseguem suprir isso no espaço privado. No entanto, com base nessas considerações, se faz necessário ter agilidade em ações que venham ao encontro de suprir ou dar suporte para a permanência desses idosos, seja em seu ambiente familiar, seja em uma instituição de Longa permanência para idosos, e assim, ter os seus direitos assegurados enquanto sujeitos de direitos.

Pode-se observar através desta pesquisa que os recursos destinados à instituição lar da vovó são suficientes para atender a demanda de forma precária, visto que a destinação de recursos públicos não oferecem suporte necessário para a demanda de idosos dependentes que acabam ficando sem atendimento pela instituição, pois a mesma não conta com número de profissionais e estrutura física necessários para atender a demanda que é solicitada pela comunidade de Santa Maria e região.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo decorre da realidade vivenciada atualmente, em que o número de idosos vem crescendo consideravelmente, em virtude da melhoria da qualidade de vida somada à diminuição de natalidade e mortalidade infantil, e dos significativos avanços na área da saúde. Assim, os cuidados a estes indivíduos passam a ser considerados um problema de ordem social.

Vale lembrar que, adicionalmente, na maioria dos casos, o avanço da idade vem acompanhado de complicações de saúde ou dependência decorrente da própria idade. Assim, o indivíduo envelhece dependente de cuidados de terceiros e também por parte das políticas públicas, tornando necessário, um esforço político dirigido no sentido de colocar na agenda da sociedade as necessidades deste segmento populacional. O Estado por intermédio das políticas tenta buscar uma melhora na qualidade de vida dessa parcela da população.

Considerando esses aspectos, como já comentado, se faz de grande relevância a necessidade de Instituições que se destinam a abrigar pessoas idosas, principalmente às pessoas consideradas de baixa renda, e que não dispõe de condições de permanecer com a família seja, por ela não conseguir mais cuidar então delegam o cuidado a terceiros, seja, por motivos financeiros ou até mesmo devido às condições específicas de saúde do idoso.

Diante desse contexto, a presente pesquisa buscou analisar a gestão dos recursos de uma instituição de caráter social que mantém idosos institucionalizados na cidade Santa Maria/ RS. Para isso, buscou-se verificar quais são as políticas de gestão dos recursos da ILPI; descrever como ocorre a gestão dos recursos da ILPI, problematizar a destinação de recursos financeiros para garantir os direitos básicos para a população idosa em Santa Maria/RS; e através dos questionários onde os entrevistados sugeriram formas de distribuição de recursos para garantir os direitos constitucionais básicos para a população idosa em Santa Maria/RS .

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, por meio de estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, guiadas por roteiro semiestruturado, realizadas com dirigente da Instituição, responsável financeiro e representante da Secretaria de desenvolvimento Social do município de Santa Maria/RS e por observação direta que foi conduzida durante 1 ano.

Assim, pode-se esclarecer que os recursos são oriundos de projetos sociais, programas, bem como contribuição dos salários percebido pelo Idoso, para assim auxiliar nos gastos com a manutenção das Instituições devido aos recursos nessa área não serem significativos e/ou ainda não conseguem dar conta da demanda apresentada devido ao número de idosos Institucionalizados devido a sua condição de vulnerabilidade e/ou risco social.

A longo desse estudo pude observar que os entraves e que a Instituição escolhida para o estudo passa para receber os recursos financeiros, bem como também para manter-se, que é com doações e colaboradores da comunidade em geral, pois, os recursos são ainda limitados e tímidos, frente a uma demanda de atendimento significativa as idosas Institucionalizadas nesse espaço. Sobre a coleta das informações foram repassadas pelos entrevistados com tranquilidade, no entanto deixaram claro a sua indignação frente aos recursos destinados à esse segmento populacional. Percebeu-se também os dramas familiares por não conseguir cuidar de seu idoso e ter que delegar há uma Instituição de caráter assistencial os cuidados sejam eles, os mais básicos até os mais complexos.

No entanto reforço que se debate muito sobre o envelhecimento, mas não se questiona a forma ou o que estamos fazendo para receber e acolher esses idosos que necessitam suprir suas necessidades. Devido os mesmos terem uma idade avançada requerem também uma forma de tratamento diferenciado de ambas as partes sociedade e Estado.

Enfim pode-se observar ao longo do estudo que temos ainda muito que avançar sobre compreender o envelhecimento e ainda como estamos nos estruturando para lidar com essa demanda em elevado crescimento na sociedade, onde faz-se necessário mais estudos, porém já com respostas a essas demandas significativas de idosos que requerem cuidados e locais para recebê-los com dignidade e qualidade de vida.

6. REFERÊNCIAS

AREOSA, S. V. C. & AREOSA, A. L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 7 n. 1, jan./jun. 2008.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BULLA, L. C.; MEDIONDO, M. Z. Velhice, dependência e vida cotidiana institucional. In: CORTELLETTI, I. A.; CASARA, M. B.; HERÉDIA, V. B. M. (orgs.). **Idoso Asilado: um estudo gerontológico**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: Edipucrs, 2010, p. 87-109.

BRASIL. Lei nº. 10.741. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União 2003.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8.742- 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. – LOAS - Brasília. 1993.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional Assistência Social - PNAS. Secretária Nacional de Assistência Social, Brasília: Novembro de 2004.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Tipificação Nacional de serviços ócio assistenciais, Res. 109 de 11 de nov. de 2009.

CAMARANO, Ana Amélia and KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.** 2010, vol.27, n.1, pp. 232-235.

_____. **Características das Instituições de longa permanência para idosos - região sul/ coordenação geral** .Brasília; IPEA, 2008. 71p.

_____, Ana Amélia, Maria Tereza Pasinato. "**O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**." Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60.1: 253-292. 2004.

_____, A. A. et al. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Comunicados do IPEA**. Rio de Janeiro, n. 93, p. 1- 14, 2011.

COLOMÉ, ICS, Marqui ABT, Jahn AC, Resta DG, Carli R, Winck MT et al. Cuidar de idosos institucionalizados: características e dificuldades dos cuidadores. **Rev. Eletr. Enf.**abr/jun;13(2):306-12.2011.

CORNELIO, G F; GODOY, ID. Perfil das instituições de longa permanência para idosos em uma cidade no estado de São Paulo. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**. 2013, vol.16, n.3, pp. 559-568.

DUARTE, Lidiane, M. Nazareno. O processo de institucionalização do idoso e as territorialidades: Espaço como lugar? **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**. Porto Alegre, V.19, n,1, p.201-217,2014.

Estado do Rio Grande do Sul/ **Assembleia legislativa**. LEI 14.020, DE 25 DE JUNHO DE 2012. Disponível em <https://nfg.sefaz.rs.gov.br/site/legislacao.aspx>. Acessado em dia 04 de fevereiro de 2015.

FREIRE JR, R. C.; TAVARES, M. F. L. A SAÚDE SOB O OLHAR DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: conhecendo e valorizando sua opinião. **Interface – Comunic. Saúde, Educ.** v.9, n.16, p.147-58, set.2004/fev.2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. - RAE • v. 35 • n. 2 • Mar./Abr. 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informação e estatísticas: Demografia sobre a população brasileira**. Disponível em. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2013/> Acessado em 04 de fev. De 215.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Instituições de longa permanência para idosos: caracterização e condições de atendimento** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2008. p.109.

JUNQUEIRA, E. D. S. **Velho. E por que não?** Bauru: EDUSC, 1998.

MERRIAM, Sharan B. **Case study research in education: a qualitative approach**. Jossey-Bass, 1988.

MIYATA, Daniela Ferreira et al. Políticas e programas na atenção à saúde do idoso: um panorama nacional. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 9, n. 2, 2005.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2005.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SALGADO, Carmen Delia Sanchez. **Gerontología social**: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

SMANIOTO, Fraciele Nogueira HADDAD, Maria do Carmo F, -índice de katz aplicado a idosos institucionalizados. **Revista da rede de enfermagem do Nordeste- Ver rene**. V.12 n 1, jan/mar.2011,18-23.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Bárbara Tarouco da; SANTOS, Silvana Sidney Costa. Cuidados aos idosos institucionalizados: opiniões do sujeito coletivo enfermeiro para 2026. **Acta paul. enferm.** [online]. 2010, vol.23, n.6, pp. 775-781.

VENTURI, G.; BOKANY, V. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: NERI, A. L. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007,p.21-31.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

ANEXO A – ROTEIRO

□



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
- modalidade à distância**

Roteiro de entrevista aplicado à instituição de caráter social município de Santa Maria/RS.

- 1-Cargo ocupado na instituição?
- 2- Qual o período da gestão da atual direção.
- 3- Característica da Instituição?
- 4- Público alvo?
- 5- Saberá informar o número de atendidos no Lar da vovó?
- 6-Qual seria, na tua visão, o número apropriado de funcionários para manter a Instituição? Por quê? E que número de funcionários a instituição tem hoje?
- 7- No papel de gestor(a) de uma Instituição de Longa Permanência, qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) enfrentada(s)?
- 8- Qual o montante de recursos destinados para a Instituição atualmente?
- 9 – Qual a origem dos recursos? Parte vem do setor público? De que órgãos, organismos? Qual o valor que vem destas fontes?

10- E parte dos recursos vem do setor privado? De que empresas? Qual o valor que vem destas fontes? Como vocês levantam esses recursos? (por que tipo de programa?)

11- Chegam a receber contribuição por parte de colaboradores e comunidade em geral? Qual o montante que vocês recebem destas fontes?

12- Poderia existir uma forma mais fácil e/ou ágil para o repasse de recursos para a Instituição além das que já existem?

13-Como presidente, é satisfatória a atual forma de distribuição de recursos financeiros para a instituição?

14- As políticas designadas a amparar as pessoas idosas são suficientes no seu entendimento?

15- Quais são as políticas referentes ao repasse de recursos, leis de incentivo etc. destinadas à Instituições de Longa Permanência? Você acredita que elas são suficientes? O que poderia ser feito de diferente?

Obrigada por participar da pesquisa!

ANEXO B – ROTEIRO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
- modalidade à distância**

Roteiro de entrevista aplicado à prefeitura de Santa Maria/RS.

1-Cargo ocupado na instituição?

2- Desde quando trabalha na prefeitura de Santa Maria?

3- Sabes dizer quais as políticas públicas destinadas a idosos e a Instituições de Longa Permanência?

4 - As políticas designadas a amparar as pessoas idosas são suficientes no seu entendimento?

5- Qual o montante de recursos destinados para as Instituições de Longa Permanência atualmente?

6 – Acreditas que é satisfatória a atual forma de distribuição de recursos financeiros para essas instituições?

7 - Poderia existir uma forma mais fácil e/ou ágil para o repasse de recursos para essas Instituições além das que já existem?

8 - Quais são as políticas referentes ao repasse de recursos, leis de incentivo etc. destinadas à Instituições de Longa Permanência? Você acredita que elas são suficientes? O que poderia ser feito de diferente?

Obrigada por participar da pesquisa

ANEXO C – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

Prezada Senhora,

Ao cumprimenta-la, solicito autorização para que Carla Ione Quatrin, aluna do Curso de Especialização em *Gestão Pública Municipal – modalidade a distância*, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), realize o projeto de seu trabalho de conclusão de curso (TCC) em sua instituição. Intitulado “Analisar a Gestão dos Recursos Destinados ao Atendimento de Idosos em Santa Maria/RS”, se configura como um estudo de caráter descritivo, documental de documentos e entrevistas com membros da instituição

A coleta de dados ocorrerá no período de 05/2014 a 05/2015 do corrente ano, sob orientação do Prof. Andrea Poletto Oltramari. Todos os preceitos envolvendo os aspectos éticos e legais que envolvem a pesquisa serão respeitados, incluindo a apresentação dos resultados do estudo e entrega de versão definitiva do TCC.

Seguem os dados para contato do orientador:

Prof, Andrea Poletto Oltramari
 Escola de Administração da UFRGS
 Rua Washington Luiz, 855 - Centro Histórico.
 CEP: 90010-460. Porto Alegre/ RS.
 Fone: (51) 3308-3843.

Da autora do estudo: _____ - Fone (55) 9131-2151.

Certos de sua atenção para com esta solicitação,

Atenciosamente,

 Orientador

Prof. Dr. Diogo Joel Demarco
 Coordenador do Curso
 Gestão Pública Municipal